

***Brasil, Brazil: sonhos e frustrações.***

**José Murilo de Carvalho.**

*Juliet: "What's in a name? That which we call a rose  
By any other word would smell as sweet".*

(W. Shakespeare. *Romeo and Juliet* (II, ii, 43-44).

*A palavra e a coisa.*

Julieta parecia não dar grande importância a nomes: a rosa manteria seu perfume sob qualquer outra denominação. Mas o próprio Shakespeare a desmentiu fazendo com que o peso dos nomes de Capuleto e Montéquio levasse à tragédia que vitimou os dois amantes. Haveria algo no nome dos países que pudesse afetar sua identidade e seu destino, para o bem ou para o mal, para a felicidade ou para a tragédia? O nome faz o país, ou é o país que faz o nome? Há países que fazem seu nome e países que são por ele moldados? Um país que se auto-nomeia é o mesmo que um país nomeado? Este é o intrigante desafio que nos lançam os organizadores deste simpósio. Ao começar este trabalho sobre o nome do Brasil, não tinha qualquer idéia sobre as conclusões a que chegaria. Não estou certo de que cheguei a alguma.

*Muitas palavras para a mesma coisa.*

Uma das características da chegada de espanhóis e portugueses ao continente hoje chamado de América foi a incerteza em relação à natureza da coisa. Eram as Índias, era um mundo novo, era uma ilha, era um continente? Colombo achava que eram as Índias ocidentais, Cabral pensou que era uma ilha, Vespúcio desconfiou que era um continente novamente descoberto. A incerteza em relação ao todo reproduziu-se em relação às partes, sobretudo àquelas habitadas por povos nômades com baixo grau de organização social.

Foi o caso da parte visitada por Cabral em 1500. Ao longo dos séculos XVI e XVII, ela foi batizada com vários nomes. A disputa sobre como grafar o nome Brasil estendeu-se até o século XX. E até hoje se discute a origem do nome. Difícil imaginar

outro país com tão grande dificuldade de decidir até mesmo seu próprio nome. Os nomes por que a nova terra foi conhecida foram os seguintes:

*Pindorama* (antes de 1500)

*Ilha (Terra) de Vera Cruz* (1500)

*Terra de Santa Cruz* (1501)

*Terra Papagalli* (1502)

*Mundus novus* (1503)

*America* (1507)

*Terra do Brasil* (1507)

*Índia Ocidental* (1578)

*Brazil* (século XIX)

*Brasil* (século XX)

A terra a que Pedro Álvares Cabral aportou em 1500 era chamada pelos habitantes com quem travou conhecimento de Pindorama, ou Terra das Palmeiras. O capitão permaneceu dez dias em terra. Viu gentes estranhas, nem pretas nem brancas, que caminhavam totalmente nuas pelas praias, tinham furos nos beiços em que enfiavam ossos, armados de arcos e flechas, viu muitos papagaios e uma terra cheia de palmeiras e outras árvores. O escrivão da frota, Pero Vaz de Caminha, afirma em carta que mandou ao rei D. Manuel, que Cabral inicialmente deu à terra o nome de Terra de Vera Cruz.<sup>1</sup> Ao final da carta, corrige para Ilha de Vera Cruz, indicando a incerteza sobre a natureza da região. De que não houve incerteza foi do nome Vera Cruz. Havia várias razões para isso. Cabral era cavaleiro da Ordem de Cristo, cuja bandeira trazia uma grande cruz. Essa bandeira lhe fora entregue por D. Manuel antes da partida da

---

<sup>1</sup> Reproduzida em Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo. *Brasil 1500. Quarenta documentos*, p. 73-117. A literatura sobre a chegada dos portugueses no que depois se chamou Brasil é muito grande. Para efeito deste trabalho, usamos alguns documentos clássicos, alguns deles reproduzidos na coletânea organizada por Amado e Figueiredo.

frota. Ela fora içada no mastro da nave principal e fora colocada ao lado do evangelho durante a primeira missa celebrada em um ilha da nova terra. Na pregação que se seguiu, o franciscano frei Henrique Trindade falou do achamento da terra “conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção”. A segunda missa, foi celebrada em terra firme diante de uma grande cruz de madeira que o capitão mandara fincar no solo. Além disso, o dia posterior à partida da frota, 3 de maio, era dia da Invenção da Santa Cruz.

O primeiro nome da terra durou pouco. Ao tomar conhecimento da descoberta, D. Manuel tratou de apressar seu casamento com a infanta de Espanha e enviou Gonçalo Coelho para confirmar o achado. Além de o confirmar, Coelho informou que a nova terra era grande demais para ser uma ilha. Na volta, já carregou o navio com pau-brasil e papagaios. Já no ano seguinte, em 29 de julho, D. Manuel escreveu aos reis católicos, Fernando e Isabel, agora seus sogros, informando sobre a descoberta da terra a que Cabral dera o nome de Terra de Santa Cruz. El-rei trocou Ilha por Terra e Vera Cruz por Santa Cruz.<sup>2</sup> O novo nome foi logo adotado. Em carta escrita ao duque de Ferrara, datada de 17 de outubro de 1501, Alberto Cantino, residentes em Lisboa, fala de um lugar chamado de Santa Cruz.<sup>3</sup>

Essa foi apenas a primeira mudança. O piloto e cosmógrafo florentino Américo Vespúcio participou de uma expedição exploradora da nova terra enviada por D. Manuel já no ano de 1501. Fez um relato da viagem em carta escrita no primeiro semestre de 1503 e enviada a Lorenzo dei Médici. Publicada em tradução latina em 1503, já na segunda edição chamou-se *Mundus Novus* e se tornou um verdadeiro best-seller, com 22 edições em várias línguas até 1506. Vespúcio batizou a nova terra de Mundo Novo, dizendo ser “lícito [a] chamar de Mundo Novo, porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maiores”. Além do novo nome, estabeleceu também que não se tratava de ilha, como pensava Cabral: “Ali soubemos que a mesma terra não era ilha, mas continente, porque se estende por longuíssimos litorais que não a cercam e porque está repleta de infinitos habitantes”.<sup>4</sup> A importância de *Mundus Novus* aumentou muito

---

<sup>2</sup> “Carta de el-rei D. Manuel de Portugal aos reis católicos”. A carta foi escrita em espanhol. Transcrita em Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo, *Brasil 500*, p. 219-236.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 245-250.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 307-324. *Mundus Novus* é considerada por muitos como texto apócrifo. Mas mesmo que não escrito diretamente por Vespúcio, seguramente baseou-se em cartas autênticas do piloto e outros documentos da época.

quando Waldseemuller incorporou suas informações seu mapa de 1507, sugerindo dar à nova terra o nome de América em homenagem ao piloto. Seu mapa foi o primeiro a identificar a região com esse nome. Assim, o terceiro nome, *Mundus Novus*, foi logo substituído por um quarto, América.

As notícias da descoberta espalharam-se rapidamente por Lisboa, onde residiam muitos comerciantes, capitalista e espíões italianos. Graças a eles, a novidade espalhou-se logo para outras partes da Europa. Muitos deles referiam-se à nova terra como Terra dos Papagaios, ou Terra Papagalli. A razão do novo nome tinha a ver com um dos aspectos que mais chamaram a atenção dos primeiros visitantes, o exotismo de alguns animais e a beleza de algumas aves, sobretudo as da família de psitacídeos, papagaios, periquitos e araras. Os marinheiros de Cabral trocavam ninharias por “papagaios vermelhos, muito grandes e formosos”. Os exploradores que se seguiram enchiam os navios de pau-brasil, macacos, aves, e alguns indígenas. Um precioso documento de 1511, intitulado “Livro da nau bretoa que vai para a terra do Brasil”, descreve em pormenor a viagem do navio em busca de produtos da nova terra. Ficamos sabendo que embarcou 5008 toras de pau-brasil, ou paus de brasil, 35 escravos indígenas, além de 15 papagaios, 22 tuins, 13 gatos e 15 sagüis, valendo os bichos R\$ 24\$220, tirando el-Rei dessa quantia seu quinto de R\$ 7\$055. O nome Terra Papagalli ficou registrado em mapas da época.

Mais importante do que os papagaios, no entanto, era a madeira que encontraram na nova terra, o pau-brasil. Tratava-se de uma árvore mais tarde classificada por Lamarck em 1789 como *Caesalpinia Echinata*, e que os indígenas chamavam de ibirapitanga, ou árvore vermelha. Era árvore alta e grossa de casca cinza, coberta de espinhos, e cerne vermelho. A flor era amarela. Colombo já a tinha encontrado no Haiti em sua segunda viagem, segundo testemunha Pedro Mártir de Anghiera que fala de madeira que “*vestri mercatores Itali verzinum, Hispani brasillum appellant*”.<sup>5</sup> A carta de Cantino de 1501, já mencionada, fala de uma caravela espanhola vinda das Antilhas com 300 quintais de braxilio e verzino.

Colombo e os exploradores portugueses a identificaram logo porque desde o século XII era conhecida uma árvore semelhante, chamada de Brazil ou variantes deste

---

<sup>5</sup> Citado em A. L. Pereira Ferraz, *Terra da ibirapitanga*, p. 48.

nome, importada Ásia, sobretudo do Ceilão e Indonésia. Cientificamente, a variante asiática foi classificada por Lineu como *Caesalpinia Sappan*. A madeira desta árvore era usada sobretudo como corante de panos e, em menor escala, para preparo de tintas. Por ser muito dura, usava-se também em construção e fabricação de instrumentos musicais. Até hoje, é usada para fabricar arcos de violino. Há registros do nome na Itália desde o século XI e na Espanha desde o século XII. Marco Pólo fala em brésil. No *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, se fala na existência “muito bom brasyll, o qual faz muito fino vermelho”.<sup>6</sup>

Durante as três primeiras décadas após a chegada dos portugueses, o principal produto da nova terra comerciável na Europa era o pau-brasil. A madeira era cortada em toras de mais ou menos 1,5 m, que pesavam cerca de 30k. Os portugueses e outros exploradores distribuían facões e machados aos indígenas que cortavam, desbastavam e carregavam as árvores para os navios, em troca de ferramentas, espelhos, roupas, chapéus, e outras ninharias. O cronista francês Jean de Léry, pastor calvinista, destaca a importância dos indígenas no corte e transporte dessas árvores até os navios. Eles transportavam as toras por quilômetros de distância, ferindo os ombros.<sup>7</sup> Vários mapas da época reproduzem a cena de indígenas carregando toras de pau-brasil. Uma famosa festa brasileira organizada em Rouen, na França, em 1550, para divertimento do rei, mostra a mesma cena.

O comércio do pau-brasil não gerava os mesmos lucros do que as especiarias das Índias. A *C. Echinata* era mesmo de qualidade inferior à *C. Sappan*. Mas os menores custos de transporte e a mão de obra gratuita dos indígenas tornavam o negócio compensador. O produto asiático perdeu a concorrência e o nome, passando a chamar-se apenas *sappan*. A madeira era levada para Amsterdã onde era moída e transformada em pó. Um quintal, ou 60 kg. de pó, valia 2,5 ducados no século XVI, o que equivaleria hoje a cerca de US\$ 875.00.<sup>8</sup> Calcula-se que tenham sido derrubadas 2 milhões de árvores nos primeiros cem anos de exploração. ou 6.000 km<sup>2</sup>. da Mata Atlântica. A devastação do meio ambiente acompanhou a nova terra desde seus primeiros dias.

*Onde entra o demônio.*

---

<sup>6</sup> Citado em Rodolfo Garcia. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*, p. 15.

<sup>7</sup> Jean de Léry. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, p.168. Primeira edição de 1578.

<sup>8</sup> Ângelo C. Pinto. *O pau-brasil e um pouco de história brasileira*. [www.sbj.org.br](http://www.sbj.org.br), PN-NET/causo7.htm

A intensa atividade comercial em torno do pau-brasil teve como efeito imediato a adoção do nome de Terra do Brasil para a nova descoberta. O mapa-múndi de Cantino, de 1502, encomendado por este espião italiano a um cartógrafo português, já registrou a existência de um Rio do Brasil nas novas terras. O mapa identifica a região pela presença de muitas árvores e grandes araras. Escritos da época indicam que já em 1503 a terra começou a ser chamada de Brasil.<sup>9</sup> Uma outra carta de Américo Vespúcio, datada de 1502 atesta: “Achamos infinito virzino, muito bom para carregar quantos navios estiverem hoje no mar, sem nenhum custo”.<sup>10</sup> Foi exatamente o que os capitães dos navios fizeram: carregá-los de madeira para levar para Lisboa. O mapa-múndi de Marini, de 1511, registra pela primeira vez o nome Brasil para denominar a terra. O Atlas de Pedro e Jorge Reinel, com mapas feitos entre 1515 e 1519, traz a melhor representação da nova terra com o nome de Terra Brasilis. No mapa, índios cortam e carregam pau-brasil, araras voam pelos ares, um dragão verde esconde-se na mata.

Ao final da segunda década do século XVI, o nome de Brasil já superara o de Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, Mundo Novo, e América, para a indignação de muitos. O cronista João de Barros, em suas *Décadas da Ásia*, publicadas em 1552, denunciou: “[...] o demônio [...] tanto que daquela terra começou de vir o pau vermelho, chamado Brasil, trabalhou que este nome ficasse na boca do povo, e que se perdesse o de Santa Cruz, como que importava mais o nome de um pau que tingia panos, que daquele pau, que deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos, pelo sangue de Jesus Cristo que nele foi derramado”. E prosseguiu propondo o nome de Província de Santa Cruz, em vez de Brasil “posto por vulgo sem consideração e não habilitado para dar nome às propriedades da Coroa real.”<sup>11</sup>

Em 1576, Pero de Magalhães Gandavo, amigo do maior poeta épico da língua portuguesa, Camões, já deixava transparecer a ambigüidade no próprio título de um livro que escreveu: *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. No texto, explica que Cabral pôs nome de Santa Cruz em homenagem à cruz de Cristo e porque os cavaleiros da Ordem de Cristo traziam a cruz ao peito. Seguindo João de Barros, a quem cita, protesta: “Por onde nam parece razam que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos delle tam indevidamente por outro que lhe deu o

---

<sup>9</sup> Ver A.L. Pereira Ferraz. *Terra da ibirapitanga*, p. 33-106.

<sup>10</sup> Reproduzida em Janaina Amado e Luiz Carlos Figueiredo, *Brasil 1500*, p. 273-283.

<sup>11</sup> Reproduzido em Amado e Figueiredo. *Brasil 1500*, p. 428.

vulgo mal considerado, depois que o pao da tinta começou de vir a estes Reinos; ao qual chamaram brasil por ser vermelho, e ter semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil”. E prega uma vingança contra o demônio: “tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Província de Santa Cruz, como em princípio”, pois é mais de estimar “hum pao em que se obrou o mistério de nossa redenção que o outro que nam serve de mais que tingir pannos ou cousas semelhantes”.<sup>12</sup>

Já no século XVII, em livro sem autor identificado intitulado *Diálogos das grandezas do Brasil*, escrito em 1618, um personagem pergunta por que a terra passara a chamar-se Brasil, estando totalmente esquecido o nome original de Terra de Santa Cruz. O interlocutor explica: “Não o está para com Sua Majestade e os senhores dos conselhos; pois, nas provisões e cartas que passam quando tratam deste Estado lhe chamam a terra de Santa Cruz do Brasil, e este nome Brasil se lhe ajuntou por respeito de um pau chamado desse nome, que dá uma tinta vermelha, estimado por toda a Europa, e que só desta província se leva para lá”.<sup>13</sup>

Poucos anos depois, em 1627, Frei Vicente do Salvador, autor da primeira história do Brasil, repetiu as mesmas queixas de João de Barros e Gandavo. Segundo ele, Cabral erguera uma cruz na nova terra, e daí vinha o nome de Terra de Santa Cruz. E acrescenta: “e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos do que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos”. A mudança de nome causara a decadência da terra: “E porventura por isto [...] ficou ele [o estado do Brasil] tão pouco estável”. [...] e sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos, nem por isso vai em aumento, antes em diminuição”. Com o nome de Santa Cruz, “pudera ser estado e ter estabilidade e firmeza”.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Pero de Magalhães Gandavo. *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*, p. 80.

<sup>13</sup> *Diálogos das grandezas do Brasil*, p. 35.

<sup>14</sup> Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500-1627*, p. 57-58.

O demônio ganhou a batalha e o novo país ficou definitivamente conhecido como Brasil. O último lance da vitória demoníaca foi a declaração do pau-brasil como árvore nacional, a 3 de maio de 1978.

Mas não terminaram aí as disputas. Havia um nome, mas como se escrevia e de onde vinha?

*Produto comercial ou ilha encantada?*

Entre os que adotam a versão, generalizada na época, de que o nome Brasil provinha da madeira vermelha, houve e continua a haver disputa sobre como grafar a palavra. A própria Academia Brasileira de Letras, recém-criada, envolveu-se nesta disputa. Listo algumas das versões registradas entre os séculos XI e XVII:<sup>15</sup>

Nomes da madeira

bersil	braxilis
berzil	brasill
bresil	brazil
brasile	brasil
brezil	brasyl
brezilh	brasyle
bresillo	brazilem
brezelli	brizilien
brezillum	brisilli
bresillum	brisolium
brasilium	verzino

---

<sup>15</sup> Ver Pereira Ferraz, *Terra de ibirapitanga*, p. 212-218.



braxille

A primeira versão, bersil, provém de um documento francês de 1085. Aos poucos, predominaram as grafias brésil, francesa, brasil (espanhola e portuguesa) e verzino, italiana. Em português, dizia-se também brazil e em italiano brazile. Os gramáticos disputaram e continuam a disputar sobre a etimologia de cada uma dessas versões. Não é necessário entrar aqui nesse debate. O que parece certo é que não se trata de palavra latina, tendo origem provavelmente no alemão brasa, que significa carvão incandescente, que deu brese em francês, depois brésil. O latim bárbaro registrava brezellum, brasilium, bresilum.

Mas a maior polêmica em torno do nome do país ainda estava por vir. Não dizia respeito apenas à ortografia, mas também à origem do nome. Se entre os cronistas coloniais, inclusive os contemporâneos da chegada dos portugueses, é unânime a versão de que o nome da nova terra tenha vindo da madeira brasil, a partir do início do século XX, começa a ganhar força a versão que defende outra origem, alternativa ou complementar. Em notas à terceira edição da principal história geral do Brasil até então escrita, a *História geral do Brasil* do visconde de Porto Seguro (Francisco Adolfo de Varnhagen), datada de 1906, outro respeitado historiador, Capistrano de Abreu, menciona uma outra vertente do nome brasil. Tratava-se de uma ilha mítica supostamente localizada à altura da costa irlandesa.<sup>16</sup> Era uma das muitas ilhas ou terras fantásticas que povoaram o imaginário europeu desde a Idade Média.

A Ilha Brazil aparece em vários mapas desde 1375, como o Atlas de Catalan dessa data, o Medicean Portulana (1361) e mapa de Pizigani, ou o mapa de Mercator de 1595. Às vezes se trata de uma ilha, outras duas ou mesmo três, localizadas entre os Açores e a Irlanda. Tanto quanto o nome da madeira, o da ilha assumiu várias grafias ao longo dos séculos. Alguns exemplos:

Brazil	Breasail
Brazi	Brazille
Brazie	Brazir

---

<sup>16</sup> Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil*. Nota de Capistrano de Abreu, p. 11-12.

Bracir	Bracil
Berzil	Braçil
Berzi	Bacil
Bersill	Bracill
Brasil	Braxil
Brasill	Braxili
O' Brassil	Buzille
Brazille	Hi-Brazil
Brisilge	

A lenda da Ilha fantástica que era vista envolta em brumas e a que ninguém teve acesso, tinha origem em velhas tradições célticas. O nome viria de breas (largo) e i (ilha). Ou do irlandês Ui Breasail, descendentes do rei Brasal, ou Bresal, ou Bres, filho de Eriu, deusa que deu nome à Irlanda. Este rei teria fixado residência no outro mundo, na ilha de Bresal, Hy-Breasal, I-Breasal. Para alguns, a Ilha Brazil era a mesma da de São Brandão. Este missionário teria partido da Irlanda em busca desta terra da felicidade no ano de 565. John Jay, outro crente na existência da ilha, partiu de Bristol em 1480 em sua busca. O nome Ilha Brazil constava dos mapas do almirantado inglês e deles só foi eliminado em 1865. Os sobrenomes Brassil, Brazier, Brazil, Brazzill são comuns até hoje na Irlanda.<sup>17</sup> Na Ilha Terceira dos Açores há um monte chamado Brasil.

A lenda da Ilha Hi-Brazil inspirou vários poetas de língua inglesa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. E. Galwey termina assim seu poema *Hy Brazil*, de 1872:

And I know its radiance calm and pure  
Beams from Hybrazil's shore,  
Where those who to the end endure

---

<sup>17</sup> Sobre o tema, ver Geraldo Cantarino, *Uma ilha chamada Brasil. O paraíso irlandês no passado brasileiro*.

Shall rest for evermore.<sup>18</sup>

Ethna Carbery escreveu *I-Breasil* em 1906, com este final:

But I move without in an endless fret,  
While somewhere beyond earth's brink, afar,  
Forgotten of men, in a rose-rim set,  
I-Breasil shines like a beckoning star.

O mais inspirado poema sobre a Ilha me parece ser o *Romance of Meergal and Garmon*, de Robert Dwyer Joyce, publicado em 1861, cuja última estrofe reza:

When the stars are on the waters, and the peasants by the shore,  
Oft they see that boat of beauty with the sparkling diamond prore,  
Sailing, sailing with the lovers o'er the silent midnight sea,  
To the beautiful Hy Brasil where they're blest eternally!

Nenhum dos autores contemporâneos da chegada dos portugueses menciona a Ilha Brazil como possível inspiração para o batismo da nova terra. Todos são unânimes em atribuir o nome Brasil à madeira encontrada na nova terra. Também, apesar de hipóteses levantadas, não se demonstrou relação alguma entre a Ilha Brazil e a madeira brasil. Seria difícil imaginar que se atribuísse a presença de pau-brasil em uma ilha só divisada através de brumas. No entanto, os descontentes com a substituição do nome de Santa Cruz pelo nome da madeira brasil tiveram no século XX seus seguidores. Sem poder mais afastar o nome Brasil, os novos inconformados buscaram deslocar sua origem para a fantástica Ilha Brazil. Se para os primeiros, o lenho corante não podia substituir o lenho sagrado, para os segundos o mesmo lenho-mercadoria não podia prevalecer sobre a Ilha dos Abençoados.

Quem mais defendeu a nova versão foi Gustavo Barroso em livro de 1941.<sup>19</sup> Argumentando com a hipótese plausível de que os navegadores portugueses conheciam a Ilha Brazil, pois estava reproduzida em vários mapas, Barroso afirma que houve fusão

---

<sup>18</sup> Para reprodução completa deste e dos outros poemas, ver Geraldo Cantarino. *Uma Ilha chamada Brasil*, p. 333-358.

<sup>19</sup> Gustavo Barroso. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*.

das duas vertentes da palavra Brasil na definição do nome do país, ignorando as unânimes referências em favor da madeira. Tratava-se, no caso de Barroso, não de defender a fé católica mas de tentar conferir ao nome do país uma origem mais digna do que de reles mercadoria. Ele é explícito a este propósito:

“Aliás, a origem a que nos inclinamos é mais agradável ao espírito e ao coração dos brasileiros. Não pode haver quem não prefira que o apelido de seu torrão natal signifique Terra Abençoada, Terra dos Afortunados, dos Bem-aventurados, of the Blest, do que recorde tão somente o utilitário e vulgar comércio do pau de tinta”.<sup>20</sup>

Barroso revela o mesmo desprezo pela árvore exibido pelos cronistas coloniais. Mas seu desprezo não tinha base religiosa. Era menos respeitável: baseava-se em seu anti-semitismo. A citação acima continua assim: “[comércio] exercido nos primeiros dias da conquista, não pelos portugueses idealistas que a realizaram, mas pelos cristãos novos Loronhas e Bixordas”. Loronha é Fernando de Noronha, primeiro contratador do comércio de pau-brasil, que deu nome à ilha da costa do Brasil e que alguns historiadores julgar ter sido judeu (cristão novo). Brasil, conclui Barroso, é a terra referida pelo poeta Griffin: “And they called it O’Brasil, the isle of the blest!”.

Posição semelhante a de Barroso, sem o anti-semitismo, é a defendida por Geraldo Cantarino, em seu livro de 2004. Embora reconheça a dificuldade de relacionar o nome do país ao da Ilha, pergunta-se por que seria difícil imaginar [sic] tal origem. Fica em sua conclusão a sugestão de que a Ilha paradisíaca, a ilha dos sonhos, seria a melhor origem para o nome do país. O título do livro não deixa dúvidas quanto a suas intenções.

Assim como o nome de brasil-madeira incomodou e incomoda muita gente, o mesmo aconteceu com o adjetivo brasileiro, usado como gentílico, isto é, como designação dos habitantes da terra. Brasileiro era um comerciante de pau-brasil, uma profissão, como ferreiro, carpinteiro, etc. Um português brasileiro era um luso envolvido no comércio da madeira. Os indígenas era chamados de brasis, mas os europeus do Brasil eram portugueses. Uma das primeiras evidências do uso da palavra brasileiro para indicar o habitante é de 1663. Nesse ano, houve um incidente numa comunidade jesuítica que revelou tanto a existência do nome de brasileiros como a

---

<sup>20</sup> Barroso. *O Brasil na lenda*, p. 168.

recusa de portugueses da terra de serem assim chamados. Na descrição do grande historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite: “ Os portugueses do Brasil não queriam ser ‘brasileiros’; e a estes, num qualquer despique familiar, chamara o P. Belchior Pires *brasileiros*: preadictos Patres desplicatus Brazileiros vocat”.<sup>21</sup> Desplicatus, isto é, com desprezo. O mesmo historiador comenta sobre os documentos da Companhia, entre 1549 e 1757: “ Nesse período, a quantos nasciam no Brasil, que não fossem índios ou negros puros, se dava o nome de *Portugueses*, e é assim que aparecem nos catálogos e outros documentos da época, determinando-se a naturalidade ou pela cidade em que nasciam ou com a designação de *Portugueses do Brasil* ou *Luso-Americanos*, esta segunda designação mais usada no Estado do Maranhão e Pará”.<sup>22</sup> Os próprios membros da Companhia que viviam no Brasil eram chamados de “Brasilienses”, em latim. Ainda na época da independência, era comum usar a expressão portugueses do Brasil para se referir aos brasileiros. Como lembra o mesmo historiador, na Guerra da Cisplatina em 1827, entre brasileiros e argentinos, estes ainda chamavam os primeiros de “los Portugueses inimigos nuestros”.<sup>23</sup>

Na época da independência, não havia mais dúvida quanto ao nome do país, exceto na grafia. Mas havia todas as dúvidas quanto ao gentílico, isto é, ao nome a ser dado aos cidadãos do novo país. Tanto se usava brasileiro como brasiliense, brasiliano, e brasílico. O principal jornal brasileiro publicado na Inglaterra no período joanino (1808-1821) chamava-se *Correio Braziliense*. Frei Caneca, futuro revolucionário, tentava em 1822 conciliar brasileiros e portugueses de Pernambuco. Distinguia entre portugueses da Europa e portugueses americanos?? Brasileiro era profissão, o gentílico deveria ser sem dúvida brasiliense ou brasiliano. A maneira correta de formar o gentílico foi adotada no francês (brésilien e não brésilier), no espanhol (brasileño e não brasilero), no italiano (brasiliano e não brasilero), no inglês (Brazilian e não Braziller).<sup>24</sup>

#### *A natureza e o império da fantasia.*

Embora não haja sustentação histórica para a hipótese defendida por Gustavo Barroso de uma influência conjunta do pau-brasil e da fantástica Ilha Brazil na nomeação do país, o encontro se deu no imaginário nacional. A ênfase nas riquezas

---

<sup>21</sup> Serafim Leite, S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo VII, p. 15-16.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 87-88.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>24</sup> Note-se a existência de uma editora norte-americana com o nome de Braziller.

naturais como marca da identidade da nova terra esteve presente desde a chegada dos conquistadores portugueses. Desde a viagem de Cabral, os cronistas não pararam de exaltar a riqueza e a beleza da terra. Foi também esta, aliás, a impressão de Colombo oito anos antes, quando falou em paraíso terrestre. Em relação ao Brasil, a expressão mais contundente desse sentimento saiu da pena de Américo Vespúcio, em sua carta *Mundus Novus*. A gente da terra não lhe agradou muito, pois presenciou a primeira cena de canibalismo. Mas em relação à natureza afirmou, segundo a tradução latina que nos chegou: “[...] certe se paradisus terrestris in aliqua sit terra parte, non longe ab illis regionibus distare existimo”.<sup>25</sup>

A partir de Vespúcio, essa visão, a que chamo de motivo edênico, dominou os textos dos cronistas coloniais. É fácil multiplicar as citações. Em 1576, Pero de Magalhães Gandavo afirmou que a terra era “sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em grã maneira deleitosa e aprazível à vida humana”.<sup>26</sup> A terra segundo o autor, é sempre verde, o clima de permanente primavera. Em 1618, 42 anos depois de Gandavo, o autor de *Diálogos das grandezas do Brasil* continuou na mesma linha: “A terra é disposta para se fazer nela todas as agriculturas do mundo pela sua muita fertilidade, excelente clima, bons céus, disposição de seu temperamento, salutíferos ares, e outros mil atributos que se lhe ajuntam”.<sup>27</sup> Em 1663, o padre jesuíta, Simão de Vasconcelos, afirmou em sua *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* que a terra era um “espanto da natureza” e retomou o mote de Vespúcio: “[...] poderíamos fazer comparações ou semelhança de alguma parte sua com aquele paraíso da terra em que Deus nosso senhor, como em jardim, pôs no nosso pai Adam”. Se não era o paraíso bíblico, acrescentou, a terra brasileira era sem dúvida superior aos pagãos Campos Elíseos.<sup>28</sup>

No século XVIII, surgiu a mais exaltada versão do edenismo na *História da América Portuguesa* (note-se a persistência do uso do nome América), escrita em 1730 por um brasileiro, Sebastião da Rocha Pita. O texto é uma verdadeira propaganda turística do país. Segundo o autor,

“Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios

---

<sup>25</sup> Citado em Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*, p. 239.

<sup>26</sup> *História da Província de Santa Cruz*, p. 81.

<sup>27</sup> *Diálogos*, p. 32.

<sup>28</sup> Citado em João Francisco Lisboa. *Obras*, v. II, p. 191.

tão dourados, nem o reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e sem mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras; é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde tem nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes”.<sup>29</sup>

Tais elogios foram feitos em aberto desafio à condenação, feita por Aristóteles e vários de seus seguidores, da “tórrida zona” como inabitável. As idéias de Aristóteles sobre a zona tórrida eram conhecidas e respeitadas na época, e Rocha Pita seguramente não as ignorava. A força política da visão edênica se fez sentir pela primeira vez na época da independência. Entre 1820, ano da revolta liberal do Porto que pôs fim ao absolutismo e 1822, data da independência, houve um intenso debate no país sobre a conveniência de manter a unidade com Portugal ou de proclamar a independência. Portugueses argumentavam que sem Portugal o Brasil era nada. Um preconceituoso autor lusitano, Manuel Fernandes Tomás, desqualificou a terra e a gente do Brasil como incapazes de fundar um novo país. Quanto à terra, repetia Aristóteles, afirmando a inadequação da zona tórrida para a habitação humana. Só os africanos podiam suportar “os dardejantes raios de uma zona abrasadora”. A população, por sua vez, estava reduzida “a umas poucas hordas de negrinhos pescados na costa d’Africa”. O país, segundo ele, era “selvagem, inculto, e terra de macacos, dos pretos e das serpentes”.

O cônego Luís Gonçalves dos Santos tomou as dores do país e contestou os ataques do português “incivil e furioso”. Para tal, recorreu ao testemunho dos cronistas coloniais e de visitantes estrangeiros e reafirma o disseram: excelência do clima, fertilidade do solo, belezas naturais. Se não é o paraíso bíblico, repetiu Simão de Vasconcelos 160 anos mais tarde, é sem dúvida o paraíso pagão, “os Eliseos deste Novo Mundo chamado América”. Basta que se acrescente a população para se fazer deste paraíso “o maior império, o mais florente e poderoso da terra”.<sup>30</sup> Os argumentos em favor da independência, na versão de um ator militante na cena política era a

---

<sup>29</sup> Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*, p.3-4.

<sup>30</sup> O panfleto do padre Luís Gonçalves dos Santos está reproduzido no livro *O debate político no processo da independência*.

natureza e seus recursos, era um potencial e uma promessa de futuro, não uma realidade.

Na década de 1820, um estrangeiro, Ferdinand Denis, também insistiu em que a literatura brasileira baseasse sua originalidade na descrição da natureza tropical e dos costumes exóticos dos indígenas.<sup>31</sup> O romantismo literário, iniciado na década de 1830 sob influência francesa, fez exatamente isso. Exaltou a figura idealizada do indígena, que nada tinha a ver com os índios reais, e vangloriou-se da natureza. Um poema até hoje recitado nas escolas primárias, a “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, é quase de uma repetição de Rocha Pita. Uma de suas estrofes diz: “Nosso céu tem mais estrelas/ Nossas várzeas têm mais flores/ Nossos bosques têm mais vida/ Nossas vidas mais amores”. Essa estrofe foi, por sua vez, transplantada para o hino nacional, cuja letra é de 1978: “Do que a terra mais garrida/ Teus risonhos lindos campos tem mais flores/ Nossos bosques têm mais vida/ Nossa vida em seu seio mais amores”.

Em 1900, por ocasião do quarto centenário da chegada de Cabral, o conde de Afonso Celso publicou um livro intitulado *Por que me ufano de meu país*, que ficou conhecido como o paradigma do ufanismo, isto é, do orgulho ingênuo da pátria. O autor lista treze razões para se ter orgulho do país. As seis primeiras são edênicas, repetem os argumentos usados desde Cabral: o país é grande, tem riquezas incalculáveis, é riquíssimo, goza de perpétua primavera e não tem desastres naturais como terremotos, vulcões, ciclones.<sup>32</sup> A importância desse texto é que o autor retoma os cronistas coloniais como Vespúcio, Simão de Vasconcelos, Rocha Pita, sem esquecer a *Canção do exílio* de Gonçalves Dias. Isto quer dizer que se formara entre a elite letrada uma tradição canônica de 400 anos de edenismo.

Mas havia uma diferença no caso de Afonso Celso. Seu livro foi dedicado aos filhos e à juventude em geral. O autor queria inculcar neles patriotismo, queria combater o complexo de inferioridade que afetava a muitos brasileiros: “Quando disserdes: ‘Somos brasileiros!’, levantai a cabeça, transbordantes de nobre ufanía”<sup>33</sup>. Seu livro teve ampla divulgação, atestada pelas edições sucessivas. O início da República foi marcado por um esforço de vários literatos em inculcar nas crianças o amor da pátria. Para isso utilizaram textos escolares de educação cívica. Esses livros, e certamente também o *Por que me ufano*, foram adotados nas escolas primárias. Só assim se pode

---

<sup>31</sup> Ferdinand Denis. *Scènes de la nature sous les tropiques*, 1824 e *Résumé de l’histoire littéraire du Brésil*, 1826.

<sup>32</sup> Afonso Celso. *Por que me ufano de meu país*, p. 189-190.

<sup>33</sup> *Por que me ufano*, p. 3. Note-se o brasileiro ainda escrito com z.



explicar o fato de que, ao final do século XX, quase 500 anos após a conquista, a opinião nacional era marcadamente edênica em sua visão do país. O edenismo tinha filtrado para baixo e impregnado toda a sociedade.

Duas pesquisas de opinião pública feitas em 1996, uma nacional, outra na região metropolitana do Rio de Janeiro, confirmam o fenômeno. Perguntados se tinham orgulho do Brasil, os entrevistados responderam maciçamente (85% na pesquisa nacional, 87% na pesquisa do Rio de Janeiro) que sim. Solicitados a dar três razões de orgulho, muitos (30%) não souberam responder ou disseram que não havia razão alguma. Somando as três respostas e eliminando os que não sabiam ou não respondiam, chegou-se ao resultado de que a principal razão apontada para orgulho (35%) era a natureza. Em segundo lugar, com menos da metade da porcentagem (15,5%) vinha o caráter do povo.

A grande maioria das respostas classificadas como “natureza” coincidia com as características da tradição edênica. Alguns exemplos: terra maravilhosa, o céu, o ar puro, a beleza das praias, as matas, a Amazônia, a fertilidade do solo, país abençoado (*Isle of the Blest!*), o tamanho, as riquezas naturais, o clima, a ausência de terremotos e furacões. A única razão não mencionada por Rocha Pita, mas também relativa à natureza, foi a beleza das mulheres. Mas mesmo aí não havia muita novidade. Caminha, o escrivão de Cabral, já notara a beleza das nativas. Em sua carta anotou a respeito de uma jovem índia: “era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha (que não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”. Vespúcio também registrou que as mulheres eram “libidinosíssimas” e tinham “os corpos formosos e limpos”. Essa visão edênica do país foi estigmatizada pelo dramaturgo Nelson Rodrigues: “Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem”. O desabafo lembra a afirmação de Hegel que condenava toda a América, sobretudo a do Sul, a ser prisioneira da natureza, sem condição de elevar-se à categoria de história.

#### *A destruição do paraíso e a busca de outra terra prometida.*

O trágico é que a persistência dessa visão idealizada da natureza conviveu e convive com uma atividade sistemática, desde 1500, de destruição dessa mesma natureza. O ‘brasileiro’ era, por profissão, um devastador da natureza. Calcula-se que só nos primeiros 100 anos de ocupação foram destruídos 6.000 km<sup>2</sup>. da Mata Atlântica

que cobria quase toda a costa brasileira. A destruição continuou após a independência do país. Dessa mata, resta hoje pouca coisa. Outras matas foram também devastadas. A floresta amazônica perde anualmente boa parte de suas árvores pela ação do fogo ateadado por colonos que querem formar pastagens para o gado. Os ares, as águas, as praias, exaltados pelo edenismo, estão poluídos. Muitos rios, inclusive os navegáveis, simplesmente desapareceram. Grande parte dos animais, entre eles os papagaios que deram um dos nomes à terra, foi quase exterminada. Muitos deles ainda são comercializados ilegalmente no mercado interno e contrabandeados para o exterior. Várias espécies foram totalmente extintas. Parte da terra em que “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, na expressão de Caminha, foi desertificada.<sup>34</sup>

O brasileiro do pau-brasil destruiu o paraíso da Ilha Brazil.

Mas sonho destruído, sonho posto. A generosidade de Deus com o país foi tão grande que, além da doação do paraíso natural, prometeu ainda um paraíso histórico. Uma parte do mito edênico tinha a ver com o tamanho do país. O barão de Eschwege, engenheiro alemão que viveu no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, observou que os brasileiros falavam em hipérboles: “tudo no Brasil deve ser grande, a natureza deve ser diferente, mais gigantesca e mais maravilhosa do que em outros países”.<sup>35</sup> Esse complexo de grandeza encontrou sua versão política na crença de que o país se tornaria um grande e poderoso império.

Trata-se de um legado português, baseado no mito de origem da nação lusa. O mito retrocede à batalha de Ourique, lutada em 1139 contra cinco reis mouros. De acordo com a lenda, Cristo teria então aparecido ao príncipe Afonso Henriques prometendo-lhe a vitória e, mais ainda, um grande império futuro para divulgar seu nome entre as nações. O mito foi reforçado no século XVII, após Portugal ter recuperado a independência da Espanha. Foi então que o jesuíta Antônio Vieira, criado no Brasil e considerado o maior pregador do reino, escreveu um curioso livro chamado *A História do futuro*. Nele se propôs a revelar aos portugueses seu futuro. O país, revelou ele, tinha sido destinado por Deus a presidir o Quinto Império, sucessor dos impérios egípcio, assírio, persa e romano. O mito vinculou-se à crença messiânica na volta do rei D. Sebastião, morto ainda jovem na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, em 1578. D. Sebastião voltaria para restaurar o reino antigo ou fundar um

---

<sup>34</sup> Para uma história da devastação ambiental no Brasil, ver Warren Dean. *With broadax and firebrand. The destruction of the Brazilian Atlantic forest.*

<sup>35</sup> Citado em H. Handelman. *História do Brasil*, 2º. v. , p. 185.

novo reino. No Brasil do século XIX, mais de um movimento messiânico sustentou-se na crença da volta de D. Sebastião.

A partir da chegada de D. João ao Brasil em 1808, tornou-se comum falar na formação de um grande império na ex-colônia, já que Portugal, por suas limitações geográficas e demográficas, não tinha condições de servir de base a tal empreendimento. A aspiração já tinha sido alimentada por estadistas portugueses desde que surgiu o risco de uma invasão napoleônica da península ibérica. Logo antes da independência, o príncipe D. Pedro dirigiu-se aos brasileiros falando “desse vasto e poderoso império”. Um ano após a independência, o bispo D. Marcos foi ainda mais explícito, ao falar da realização no Brasil do Quinto Império.<sup>36</sup> Ao visitar o Brasil em 1838, um capitão da marinha dos Estados Unidos, Charles Wilkes, anotou que os brasileiros “acreditam firmemente que um grande destino aguarda o Brasil”.<sup>37</sup>

Não por acaso, o novo país, criado em 1822, não se chamou reino como a metrópole, mas Império. Só a designação império parecia adequar-se à dimensão geográfica e à dimensão de suas ambições para o futuro. Lembre-se que o México tentou experiência semelhante, mas com pouca probabilidade de êxito dada a ausência de representantes de alguma família real. Durante todo o século XIX, enquanto durou a monarquia, o Império do Brasil constituiu um nítido contraste com as repúblicas que o cercavam. Os estadistas imperiais tinham verdadeiro orgulho do país, incluindo nesse orgulho o sistema político que consideravam superior e mais civilizado do que o dos vizinhos, na medida em que garantia estabilidade e liberdade (eles, naturalmente, não incluíam os escravos em suas preocupações). O próprio imperador, D. Pedro II, apesar de profundamente pacifista, não hesitava em apoiar reação militar quando julgava que a honra do Império tinha sido ofendida.

Este complexo de grandeza, ao lado do mito edênico, passou a fazer parte do imaginário do país. A crença fora reforçada em 1942 pelo escritor austríaco Stefan Zweig, que escreveu um livro cujo título era *Brasil, país do futuro*. Refugiado no Brasil por causa da guerra, ficou encantado com a convivência racial que aqui encontrou. Diante de uma Europa que se destruía e da perseguição nazista aos judeus,

---

<sup>36</sup> Sobre o mito do poderoso império no Brasil, ver Maria de Lourdes Viana Lyra. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*.

<sup>37</sup> Charles Wilkes. *Narrative of the United States exploring expedition during the years 1838, 1839, 1849, 1841, 1842*, p. 17.

viu no Brasil um exemplo de convivência humana.<sup>38</sup> Em outra concepção, a visão de um grande futuro manifestou-se no projeto de Brasil grande potência dos governos militares. O sonho afeta até hoje boa parte da população. Uma pesquisa nacional de opinião, realizada em 1996, revelou que 57% dos brasileiros acreditavam na utopia do grande império. Aliás, o próprio hino nacional, que incorporou o edenismo, também endossou a idéia de grandeza no futuro, dizendo literalmente: “o teu futuro espelha esta grandeza”.

Mas, se o mito edênico foi destruído pela ação predadora dos próprios brasileiros, a utopia do grande império se vê sistematicamente frustrada pelo desempenho do país. O Brasil chega ao século XXI com uma população de 185 milhões de habitantes, mas apresentando índices de desenvolvimento político, social e econômico que o deixam longe de qualquer veleidade de grande império. A comparação é particularmente humilhante quando feita com os Estados Unidos. Na época da independência das colônias inglesas, um grupo de políticos que incluía Jefferson, Franklin, Madison, Dickinson, alimentava as mesmas ambições dos pais da pátria brasileiros. Esses políticos falavam na potencialidade da ex-colônia em transformar-se em um império autônomo e poderoso do Novo Mundo. Na Convenção Constitucional de 1787, Franklin e outros usaram a mesma palavra império que encontramos no caso brasileiro.<sup>39</sup> Para o bem ou para o mal, os norte-americanos foram capazes de transformar seu sonho em realidade.

O Brasil só colheu frustração. A partir da proclamação da República, sua política seguiu o mesmo padrão dos outros países da América Latina, com períodos de legalidade interrompidos por golpes militares e ditaduras. A riqueza nacional cresceu em ritmo irregular e continua até hoje muito mal distribuída. O país ainda é um dos mais desiguais do mundo. Só há poucos anos é que a educação básica se universalizou. No ensino médio e superior, o país exibe índices que estão entre os piores da América Latina. Mais recentemente, a violência comandada por traficantes e drogas tem tornado a vida das grandes cidades um pesadelo, sobretudo para a população pobre. A idéia de país do futuro cunhada por Zweig tornou-se uma piada: o Brasil é, e sempre será, um país do futuro.

---

<sup>38</sup> Mesmo residindo no país do futuro, Zweig e sua mulher não suportaram o espetáculo de autodestruição da Europa e se suicidaram em 1942. Sobre a história de seu drama, há o livro de Alberto Dines com o sugestivo título de *Morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig*.

<sup>39</sup> Ver Marc Egnal. *A mighty empire. The origins of the American Revolution*, p. 6.

Diante de tanta frustração, de tanta distância entre o sonho e a realidade, torna-se compreensível que se tenha desenvolvido no país uma paixão desenfreada pelo futebol. Nesta copa de 2006, é ao mesmo tempo fascinante e irritante contemplar o espetáculo de um país inteiro paralisado para assistir a um jogo da seleção nacional. Todas as atividades se interrompem, as ruas se enfeitam, bandeiras nacionais aparecem nos prédios, torcedores vestem a camisa da seleção. As cores verde e amarela cobrem o país. Nem mesmo a Academia Brasileira de Letras quis ficar alheia ao espírito que dominou o país e organizou um ciclo de palestras em torno do tema futebol e literatura.

O entusiasmo pode ser em parte explicado pelo fato de que o futebol é a única atividade de alcance popular em que o país se destaca internacionalmente. Uma partida de futebol é único momento em que todos os brasileiros, inclusive as populações indígenas, se tornam brasilienses, se identificam em um sentimento comum, que a pátria política não fornece. Como disse o mesmo Nelson Rodrigues, já citado, a seleção nacional a pátria em chuteiras. È a pátria de que os brasileiros não se orgulham em outros ramos de atividade. A excelência nesse campo, atestada pela vitória em cinco copas, torna-se então um sucedâneo do paraíso perdido e do império impossível. Nos termos do tema deste trabalho, um jogo da seleção é também o único momento em que todos os brasileiros gritam juntos o nome do país, sem preocupações com materialidades, paraísos e sonhos.

## **Bibliografia**

- ABREU, Capistrano de. *A descoberta do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AFONSO CELSO. *Por que me ufano de meu paiz*. Rio de Janeiro: Garnier, 8ª. ed. s/d. (Primeira edição de 1900).
- AMADO, Janaína e Figueiredo, Luís Carlos. *Brasil 1500. Quarenta documentos*. Brasília: Editora da Universidade e São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- ANDREONI, João Antônio (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, s/d. 1ª. ed. 1711.
- BARROS, João de. *Décadas*. Seleção, prefácio e notas de António Baião. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946. Primeira ed. 1552.
- BARROSO, Gustavo *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- BUENO, Eduardo et alii. *Pau-brasil*. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

- CANTARINO, Geraldo. *Uma ilha chamada Brasil. O paraíso irlandês no passado brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- D'AZEVEDO, Adelino José da Silva. *Este nome: Brasil. Estudo e ensaios sobre uma restituição etimológica*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.
- DEAN, Warren. *With broadax and firebrand. The destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Berkeley: The University of California Press, 1995.
- DENIS, Ferdinand. *Scènes de la nature sous les tropiques*, 1824 e *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, 1826.
- DIALOGOS das grandezas do Brasil*. Atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão. São Paulo: Melhoramentos, 1977. Escrito em 1618.
- DINES, Alberto. *Morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, 2ª. ed.
- EGNAL, Marc. *A mighty empire. The origins of the American Revolution*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1988.
- FERRAZ, AL. Pereira. *Terra da ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. Tratado foi escrito em torno de 1570, a *História* em 1576, com o título: *História da Província S. Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro e Brasília: José Olympio e INL, 2ª. ed. 1975.
- GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Lisboa: Vega Editora, 1989.
- HANDELMAN, H. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 4ª. ed., 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969, 2ª. ed.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècles*. Paris, 1836-1839.
- LEITE, Serafim, S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo:Edições Loyola, 2004.
- LERY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1980. 1ª. ed. 1578.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

*O DEBATE político no processo da independência.* Introd. de Raimundo Faoro. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

PORTO SEGURO, Visconde de. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal.* São Paulo: Melhoramentos, s/d. 3ª. ed. integral, 4 tomos.

RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*, p. 14.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627.* Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982. Escrita em 1627.

SOUZA, Bernardino José de. *O pau-brasil na história nacional.* Brasília: Conselho de Justiça Federal. Centro de Estudos Judiciários, 1999. 1ª. ed. 1939.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974. 1ª. ed. 1557.

VIEIRA, Pe. Antônio. *História do futuro; Livro antepimeyro. Prolegômeno a toda história do futuro em que se declara o fim & se provam os fundamentos della.* Lisboa Occidental: Of. Pedroso Galram, 1718.

WILKES, Charles. *Narrative of the United States exploring expedition during the years 1838, 1839, 1849, 1841, 1842.* Philadelphia: Lee and Blanchard, 1845.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro.* Rio de Janeiro: Guanabara [1945].